

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - MINISTERIO PUBLICO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Mai/17 a Abr/18

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)						
	LIQUIDADAS						
	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>63.772.931,34</b>	<b>63.114.049,30</b>	<b>65.194.850,57</b>	<b>69.905.566,99</b>	<b>64.023.778,85</b>	<b>69.381.287,37</b>	<b>64.000.664,00</b>
<b>Pessoal Ativo</b>	<b>51.541.228,71</b>	<b>51.141.718,86</b>	<b>53.222.948,07</b>	<b>57.917.512,72</b>	<b>52.010.538,02</b>	<b>57.375.874,32</b>	<b>51.989.463,73</b>
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	48.955.865,28	48.543.580,27	50.631.861,91	55.323.834,53	49.413.285,91	54.746.713,90	49.408.811,75
Obrigações Patronais	2.585.363,43	2.598.138,59	2.591.086,16	2.593.678,19	2.597.252,11	2.629.160,42	2.580.651,98
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	<b>12.231.702,63</b>	<b>11.972.330,44</b>	<b>11.971.902,50</b>	<b>11.988.054,27</b>	<b>12.013.240,83</b>	<b>12.005.413,05</b>	<b>12.011.200,27</b>
Aposentadorias, Reserva e Reformas	11.736.183,68	11.550.852,00	11.550.397,02	11.557.840,84	11.577.281,13	11.561.266,95	11.570.433,63
Pensões	495.518,95	421.478,44	421.505,48	430.213,43	435.959,70	444.146,10	440.766,64
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>17.941.383,42</b>	<b>17.365.687,18</b>	<b>17.523.469,69</b>	<b>22.292.167,93</b>	<b>17.500.316,96</b>	<b>21.932.978,04</b>	<b>17.620.008,29</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	2.875.410,92	2.356.013,17	2.388.060,58	7.355.958,77	2.417.965,45	6.815.312,26	2.382.021,30
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.230.490,19	4.213.796,30	4.232.734,61	4.244.044,58	4.254.182,15	4.247.785,08	4.257.265,34
Demais Exclusões	10.835.482,31	10.795.877,71	10.902.674,50	10.692.164,58	10.828.169,36	10.869.880,70	10.980.721,65
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>45.831.547,92</b>	<b>45.748.362,12</b>	<b>47.671.380,88</b>	<b>47.613.399,06</b>	<b>46.523.461,89</b>	<b>47.448.309,33</b>	<b>46.380.655,71</b>

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS						INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	dez/17	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>66.081.565,74</b>	<b>69.578.351,39</b>	<b>65.753.559,65</b>	<b>64.034.700,15</b>	<b>74.432.527,07</b>	<b>799.273.832,42</b>	<b>1.609.958,68</b>
<b>Pessoal Ativo</b>	<b>52.388.566,77</b>	<b>57.564.529,56</b>	<b>53.738.766,65</b>	<b>51.958.713,09</b>	<b>62.262.096,26</b>	<b>653.111.956,76</b>	<b>1.609.958,68</b>
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	48.395.460,18	55.026.906,26	51.213.189,87	49.461.422,91	59.767.112,97	620.888.045,74	1.609.958,68
Obrigações Patronais	3.993.106,59	2.537.623,30	2.525.576,78	2.497.290,18	2.494.983,29	32.223.911,02	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	<b>13.692.998,97</b>	<b>12.013.821,83</b>	<b>12.014.793,00</b>	<b>12.075.987,06</b>	<b>12.170.430,81</b>	<b>146.161.875,66</b>	<b>0,00</b>
Aposentadorias, Reserva e Reformas	12.766.313,03	11.569.557,87	11.569.890,43	11.633.804,23	11.729.433,38	140.373.254,19	0,00
Pensões	926.685,94	444.263,96	444.902,57	442.182,83	440.997,43	5.788.621,47	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>34.281.172,19</b>	<b>19.573.842,87</b>	<b>17.620.861,93</b>	<b>13.653.320,10</b>	<b>30.131.305,51</b>	<b>247.436.514,12</b>	<b>0,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	5.426.340,90	4.224.900,89	2.544.376,53	2.474.996,66	11.160.085,18	52.421.442,61	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.428.854,82	4.237.524,06	4.232.431,49	333.335,69	8.112.434,42	55.024.878,74	0,00
Demais Exclusões	20.425.976,47	11.111.417,92	10.844.053,91	10.844.987,75	10.858.785,91	139.990.192,77	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>31.800.393,55</b>	<b>50.004.508,52</b>	<b>48.132.697,72</b>	<b>50.381.380,05</b>	<b>44.301.221,56</b>	<b>551.837.318,30</b>	<b>1.609.958,68</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	<b>35.506.698.928,45</b>	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	-	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	<b>35.506.698.928,45</b>	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	<b>553.447.276,98</b>	<b>1,56%</b>
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	710.133.978,57	2,00%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	674.627.279,64	1,90%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	639.120.580,71	1,80%

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema FPE

Notas:

- O artigo 169 da Constituição Federal não enquadra pensionistas como gastos de pessoal;
- Não está computado o IRRF, conforme Parecer Coletivo nº 2/2002 do TCE-RS;
- Não estão computados gastos com auxílio-refeição, auxílio-creche, auxílio-transporte, auxílio-funeral, bolsa de estudo, assistência médica e abono-permanência, conforme orientações contidas nas Informações nºs 43/2001 e 024/2004, aprovadas pelo Tribunal Pleno do TCE-RS em sessões de 08/05/2002 e 21/07/2004, respectivamente;
- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Desta forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
  - Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
  - Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processadas, consideradas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art.35 da Lei nº 4.320/64.

**Fabiano Dallazen**  
Procurador-Geral de Justiça

**Roberval da Silveira Marques**  
Diretor-Geral

**Antônio Kehrwald,**  
Subsecretário da Fazenda, Contador e Auditor-Geral do Estado, Adjunto